

Trabalho de mais de dois dias na semana pode dar vínculo a diarista

Projeto de Serys Slhessarenko aprovado na Comissão de Assuntos Sociais tem o objetivo de "dar mais tranquilidade" aos profissionais e aos empregadores no momento da contratação, segundo o relator, Flávio Arns

Segundo a proposta, se o serviço se limitar a dois dias por semana será considerado atividade de diarista e o empregador não terá que pagar as contribuições ao INSS. Nesse caso, o trabalhador deverá contribuir como autônomo e informar o

pagamento ao empregador. Serys argumentou, na justificação do projeto, que a iniciativa visa acabar com uma "indefinição que tanto prejudica contratantes e trabalhadores". Se não houver recurso para exame pelo Plenário, a matéria irá diretamente à Câmara. **8**

Representantes de diaristas acompanharam na CAS a votação da iniciativa e visitaram a autora, Serys Slhessarenko, em seu gabinete



Michelle Araújo/Gabinete

Acatada pena de prisão ao empregador que ficar com gorjeta dos garçons **8**



Lucas/CFZ

Leis aprovadas pelo Congresso aliviaram carga sobre o STF

A afirmação foi feita ontem na CCJ pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, que deixa o cargo na semana que vem. Ele

disse que, graças a reformas no Poder Judiciário promovidas pelo Parlamento, o número de processos enviados ao STF no ano passado caiu em 40%. **3**

Demostenes Torres (E) ouve o ministro Gilmar Mendes fazer um balanço de sua atuação na presidência do STF

Sem acordo, pauta do Plenário segue trancada por duas MPs

A falta de entendimento entre as lideranças partidárias, confirmada ontem pelo presidente José Sarney, impediu que a pauta do Plenário pudesse ser desblo-

queada.

Entre as propostas que esperam na fila para serem analisadas pelos senadores, está a que cria a estatal para explorar petróleo no pré-sal. **6**

Gim Argello (E), Agripino Maia (de costas), Romero Jucá e Alfredo Nascimento discutem acordo para votação das MPs pelo Plenário



Cesckôv/Agf&B

Projeto permite uso do FGTS por aposentado que volta a trabalhar **7**

Novo acerto pode garantir reajuste de 7,71% para benefícios **6**

Dekasseguis: famílias dependem de acordo com o Japão **5**

Senadores querem mudança nas regras da progressão penal **5**

Pesquisa divulgada ontem pelo DataSenado mostra que 97% dos moradores e 89% dos que vivem fora da cidade aprovam iniciativa que transferiu a capital para interior do país

Para brasileiros, valeu a pena construir Brasília

PESQUISA REALIZADA PELO DataSenado divulgada ontem aponta que, para 97% dos brasilienses e 89% dos demais brasileiros, valeu a pena construir Brasília.

Anunciado pelo 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), o levantamento mostra também que 93,3% dos brasilienses e 84,8% dos demais brasileiros classificam a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília como benéfica para o país.

A pesquisa *Uma Cidade, Dois Olhares* foi uma das iniciativas do Senado para marcar as celebrações do cinquentenário da

cidade, inaugurada em 21 de abril de 1960. O DataSenado, serviço da Secretaria de Opinião Pública (Sepop), queria saber como os brasileiros em geral e os brasilienses em particular veem Brasília. Para isso, trabalhou com duas amostras simultâneas: foram ouvidos 1.069 brasilienses e 1.275 brasileiros de outros estados. Responderam às perguntas cidadãos de 80 localidades – incluindo todas as capitais –, maiores de idade e com acesso a telefone. A margem de erro da pesquisa é de 3 pontos percentuais para cima ou para baixo.

O levantamento verificou também que a maioria da po-

pulação – 67,7% dos brasilienses e 58% dos moradores de outras localidades – acredita que hoje o Brasil está mais integrado em decorrência da localização da capital no Planalto Central.

Já com relação à importância da atividade política para Brasília, não há consenso: para 49% dos entrevistados de outros estados, a cidade só vive de política, tese com a qual concordam apenas 26% dos brasilienses. Da mesma forma, 61% dos que não moram na cidade consideram que o governo e os políticos são a parte mais importante da capital – pensamento compartilhado por somente 32% dos brasilienses.



Heráclito (E) inaugura exposição ao lado de José Nery; Marco Maciel; do diretor-geral, Haroldo Tajra; e funcionários

Mostra leva a um passeio pela história da capital

O cidadão poderá conhecer a história da construção de Brasília sob a ótica da edificação da sede do Congresso Nacional, que se iniciou em 4 de janeiro de 1958, seis meses antes do início das obras do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), inaugurou ontem pela manhã, no Salão Negro, a exposição *Senado Federal: 50 Anos de Brasília*, que estará aberta ao público até 29 de abril. Também participaram da solenidade os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Marconi Perillo (PSDB-GO) e José Nery (PSOL-PA).

Na mostra, explicou Heráclito, o visitante poderá acompanhar as diversas fases da construção da capital do Brasil e do Palácio do Congresso, graças à rica documentação fotográfica e à farta reprodução de documentos históricos. O curador da exposição, Marcos Magalhães, explicou que o material exposto foi cedido pelo Arquivo Nacional, pelo Arquivo Público do Distrito Federal, pelo Instituto Moreira Salles e pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Os documentos históricos são do arquivo do Senado. Heráclito destacou que integram a exposição textos de

Clarice Lispector, João Cabral de Melo Neto e André Malraux.

Raridades

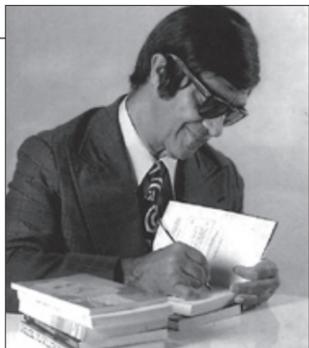
O senador ressaltou também que há documentos de grande valor histórico, como o projeto de lei de 29 de novembro de 1919 que determinou a mudança da capital para o Planalto Central.

Heráclito ainda homenageou os funcionários Antonio Araújo Costa, Moisés Pereira, Sarah Abrahão e Elsitá Lorlai Campos da Paz, "que bem representam todos aqueles pioneiros da construção da história do Senado no Planalto Central do Brasil".

Plenário faz homenagem a Chico Xavier

Os senadores prestam homenagem no início da sessão de hoje ao centenário de nascimento do líder espírita Chico Xavier. A iniciativa foi de Marconi Perillo (PSDB-GO).

Nascido no dia 2 de abril de 1910 em Pedro Leopoldo (MG), Francisco de Paula Cândido, conhecido como Chico Xavier, notabilizou-se por divulgar o espiritismo no Brasil. Era reco-



Líder espírita Chico Xavier morreu em Uberaba, aos 92 anos

nhecido como alguém capaz de se comunicar com os espíritos e lembrado ainda por suas obras assistenciais em Uberaba (MG), onde faleceu, em 30 de junho de 2002, aos 92 anos. Nos anos

1970, passou a ajudar pessoas pobres com o dinheiro obtido na venda de seus 451 livros (romances, contos, ensaios, apólogos, crônicas e poesias), que teriam sido psicografados.

Nascido em uma família humilde e católica, Chico Xavier cursou somente o primário, concluído em 1924, e não voltou a estudar. Em 1925, começou a trabalhar como auxiliar de cozinha. Em 1928, passou a publicar em jornais mensagens tidas como psicografadas e, em 1965, viajou para Washington, a fim de divulgar o espiritismo no exterior.

Pesar pela morte do economista Roberto Macieira

Epitácio Cafeteira (PTB-MA) registrou seu pesar pelo falecimento de Roberto de Pádua Macieira, irmão mais novo de dona Marly Sarney, esposa do presidente do Senado. Logo depois, os senadores Marconi Perillo (PSDB-GO), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Renan Calheiros (PMDB-AL), entre outros, também apresentaram seus pêsames ao casal Sarney e família.

– Perdemos um grande homem do Maranhão, que está de luto – disse Cafeteira.

O senador lembrou que Macieira exerceu cargos na antiga Companhia Vale do Rio Doce, no Banco do Estado do Maranhão e no Banco de Desenvolvimento do Maranhão e foi professor na Universidade Federal.

Ex-prefeito de São Luís, o economista Roberto Macieira faleceu ontem, no Hospital Sírrio Libanês em São Paulo, aos 66 anos, vítima de complicações de um aneurisma da aorta. Casado com Simone Macieira, ex-vereadora de São Luís, teve três filhos: o médico Carlos Macieira, o advogado e presidente da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Macieira, e a jornalista e advogada Karina Macieira.

O presidente José Sarney viajou ontem para São Luís a fim de assistir ao enterro do cunhado.

Programa de policiamento nas fronteiras

Representantes do Ministério da Justiça apresentaram ontem aos senadores o programa Policiamento Especializado de Fronteiras (Pefron), daquele ministério. Integrado ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), o Pefron deve capacitar policiais para o combate ao tráfico de drogas; contrabando de armas e munições; roubo de cargas e veículos; tráfico de pessoas; e exploração sexual, entre outros crimes comuns nessas áreas.

As ações serão gerenciadas pelos estados de fronteiras com suporte de órgãos federais, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Força Nacional de Segurança Pública.

– Nos últimos anos, os investimentos em segurança foram dirigidos aos grandes centros urbanos, mas o Brasil distante estava abandonado. Temos fronteiras com dez países, áreas muito permeáveis à entrada de armas e drogas em nosso território – assinalou Daniel Rocha, coordenador técnico do Pefron, que apresentou o programa por solicitação do senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Cada estado receberá cerca de R\$ 8 milhões para instituir o programa, como explicou aos senadores o representante do ministério.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp

Plenário Homenagem a Chico Xavier

14h Na hora do expediente, homenagem ao líder espírita e médium Chico Xavier. A sessão plenária é deliberativa. A pauta está trancada por duas medidas provisórias. Em regime de urgência, está o PLC 309/09, que cria a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (Petro-Sal).

CPC Audiência pública em Porto Alegre

9h A comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de lei do novo Código de Processo Civil realiza no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, audiência pública destinada à discussão da proposta.

CMA 20 anos do Código do Consumidor

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza debate sobre os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Foram convidados o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita; o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal Leonardo Bessa; o juiz da 2ª Vara de Família de Brasília, Héctor Valverde; e a professora da Universidade do Rio Grande do Sul Claudia Lima Marques.

CCJ Jovens mortos em Luziânia

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) promove audiência pública para discutir o caso dos seis jovens mortos no município de Luziânia (GO). Foram convidados o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto; o diretor do Departamento de Inteligência da Polícia Federal, Marcos David Salem; e a coordenadora da Região Integrada do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Viviane de Faria.

CRE Embaixadores em Israel e Angola

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional reúne-se para analisar a indicação de embaixadores brasileiros para Israel e Angola. Logo após, examina três projetos de decretos legislativos, entre eles o que aprova tratado de extradição com o Suriname.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Segundo ministro, número de processos enviados à corte caiu 40% no ano passado, como resultado das reformas realizadas no Poder Judiciário



Observado por Demostenes, Gilmar Mendes faz balanço em audiência pública na CCJ



A gestão do atual presidente do STF, que deixa a função dia 23, é considerada corajosa e eficiente por senadores da comissão

Reformas reduziram volume de processos no STF

O PRESIDENTE DO Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, informou ontem, em audiência pública no Senado, que no último ano houve diminuição de 40% do número de processos enviados àquele tribunal. Esse resultado, em sua avaliação, se deve a reformas realizadas no Poder Judiciário, em especial à instituição da chamada "repercussão geral". As observações foram feitas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando o ministro fez um balanço de sua gestão.

Gilmar Mendes explicou que o instrumento da repercussão geral provoca a suspensão de processos

com causas idênticas, o que torna a Justiça mais célere. Ressaltou, no entanto, que as decisões, embora acelerem o trâmite processual, não deixam de observar a eficácia. Como exemplo, citou julgamento de 152 mil processos contra empresa telefônica no Rio Grande do Sul.

Transparência

O ministro incluiu a reestruturação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a transparência do Judiciário como conquistas em sua gestão. A transmissão direta dos debates e julgamentos no STF pela TV Justiça, como afirmou, é uma experiência que

tem servido de modelo para outros países, como a África do Sul. A TV Justiça, disse o ministro, além de informar as atividades do tribunal, também oferece cursos aos telespectadores sobre temas de interesse da sociedade.

Os tribunais de Justiça passaram a prestar contas de forma permanente pelo Sistema Integrado de Administração Financeira para o Poder Judiciário (Siaf-Jud), informou. A modernização processual e o processamento eletrônico também foram destacados pelo ministro como instrumentos que favorecem maior dinamismo das

atividades judiciais.

Gilmar Mendes lembrou a implantação de mutirões e projetos de cidadania, como o que decide sobre prisões provisórias, algumas esperando solução há 14 anos, bem como o Começar de Novo, que objetiva apoiar egressos da prisão a retomarem a vida em sociedade e evitar que voltem à criminalidade.

Em resposta à senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que requereu a audiência pública, Gilmar Mendes disse que o STF está atento às questões fundiárias para resolver os conflitos da forma como a sociedade espera. A corte, afirmou o ministro, atua

para que haja rápida reintegração de posse e decisão sobre processos criminais.

Coragem

A gestão de Gilmar Mendes foi considerada pelos senadores que participaram da audiência na CCJ como corajosa e eficiente.

O presidente da comissão, senador Demostenes Torres (DEM-GO), disse que o ministro teve coragem e desprendimento para enfrentar a agressão ao Estado de direito. Na opinião do senador, o ministro é um "benfeitor do Brasil, uma vez que deu exemplos, puniu e fez cumprir a lei".

Senado aprova três indicações de autoridades

Três indicações presidenciais obtiveram ontem a aprovação do Plenário. O economista Luiz Awazu Pereira da Silva foi confirmado para diretor do Banco Central; o procurador federal Artur Vidigal de Oliveira para ministro do Superior Tribunal Militar (STM); e Paulo Rodrigues Vieira para diretor

da Agência Nacional de Águas (ANA).

Esta é a terceira vez que o nome de Vieira é submetido ao Plenário. No dia 16 de dezembro de 2009, a mensagem presidencial foi rejeitada pelos senadores após duas votações, em face de disputas entre o governo e a oposição. Como

na primeira houve empate, foi necessária nova votação, de acordo com o Regimento Interno do Senado. Na segunda, Vieira recebeu 26 votos contrários à sua indicação, 25 a favor e uma abstenção. Na votação de hoje, ele teve 28 votos favoráveis, 15 contrários e uma abstenção.

Novo ministro chega ao STM após 27 anos de carreira pública

A indicação de Artur Vidigal para ministro do Superior Tribunal Militar (STM) havia sido aprovada pela manhã, por unanimidade, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em votação secreta. A vaga aberta é em decorrência da aposentadoria do ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

Artur Vidigal nasceu em Brasília em 1960 e se formou em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Exerce atualmente a função de con-

sultor da Advocacia Geral da União (AGU), mas nos 27 anos de carreira já ocupou cargos de destaque nos ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e do Desenvolvimento Agrário.

A indicação foi elogiada pelo relator na CCJ, senador Romeu Tuma (PTB-SP), e pelo presidente da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO). Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Inácio Arruda (PCdoB) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) também ressaltaram as qualidades do indicado. Demostenes Torres



Vidigal ocupará vaga aberta pela aposentadoria de Flávio Bierrenbach

salientou que o STM terá seu primeiro ministro nascido na capital da República.



O advogado Marcelo Rossi Nobre teve recondução ao CNJ aprovada ontem



Raul Araújo Filho, desembargador no Ceará e indicado para ministro do STJ

CCJ confirma duas escolhas presidenciais para STJ e CNJ

Seguiu para votação em Plenário a indicação, feita pelo presidente Lula, do nome do desembargador Raul Araújo Filho, do Tribunal de Justiça do Ceará, para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decorrência da aposentadoria do ministro Paulo Benjamin Fragoço Gallotti.

O desembargador teve seu nome aprovado, ontem, por unanimidade na CCJ, que também votou unanimemente pela recondução do advogado Marcelo Rossi Nobre para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Nascido no Ceará em 1959, Raul Araújo é graduado em Direito e Economia, com especialização em Ordem Jurídica Constitucional. Exerceu a advocacia até ser aprovado em concurso para promotor de Justiça do Ministério Público do Ceará e depois para procurador, alcançando o cargo de procurador-geral do Ceará. Foi professor no

Curso de Direito e coordenador do Curso de Especialização em Direito Tributário da Universidade de Fortaleza. Hoje é professor titular de Direito Processual Constitucional.

A indicação de Raul foi relatada favoravelmente pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e elogiada pelo presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), e pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Marcelo Rossi Nobre, reconduzido ao CNJ por indicação da Câmara dos Deputados, é advogado nas áreas de Direito Comercial, Público e Eleitoral. Foi professor da PUC de São Paulo e do IESB, em Brasília. Também ocupou vários cargos, entre os quais os de conselheiro e diretor da Associação dos Advogados de São Paulo. O parecer favorável na CCJ foi do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Valter Pereira cobra saída para ocupações no Rio

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) cobrou ontem uma ação "ousada e planejada", ao estilo da empreendida pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek quando transferiu a capital para Brasília, no enfrentamento dos problemas decorrentes das ocupações de morros, encostas e áreas de lixões no Rio de Janeiro.

Valter Pereira disse que governantes populistas e sem noção de suas responsabilidades recusam-se a tomar medidas impopulares, mesmo quando elas são necessárias.

Tragédia do Rio era previsível, afirma Valadares

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) salientou a sucessão anual de temporais com vítimas no Rio de Janeiro para apontar que a tragédia da semana passada era previsível. Ele manifestou também sua consternação pela situação trágica causada por temporais violentos em seu estado. Além da capital, Aracaju, outros 14 municípios foram afetados.

Virgílio alerta que inflação está renascendo

A inflação vem dando sinais de vida, alertou ontem Arthur Virgílio (PSDB-AM). No primeiro trimestre de 2010, assinalou o senador, a inflação alcançou 2,72%, índice mais alto dos últimos seis anos. Para Virgílio, o governo está diante de uma armadilha: ou aumenta os juros ou vê a inflação subir.

Para Lúcia Vânia, falta de armazéns pode afetar safra

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu ao Ministério da Agricultura que encontre uma forma de retirar as 600 mil toneladas de grãos que a Conab mantém armazenadas no sudoeste de Goiás. Sem essa medida, disse a senadora, os produtores não terão onde colocar a safra que vem sendo colhida.

Mão Santa: acaba a "farra do carro alugado" no Piauí

Mão Santa (PSC-PI) ressaltou ontem a decisão do novo governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), de acabar com a "farra dos carros alugados". Segundo o senador, os contratos de locação de veículos eram uma fonte de corrupção. Em 30 meses, o aluguel pagava o valor total do carro.

Senadora diz que campanha Vamos tirar o Brasil do vermelho é contra a invasão e pela paz no campo. Segundo ela, 85 milhões de hectares estão à disposição da reforma agrária, 20 milhões a mais do que o destinado à produção de grãos

Kátia Abreu pede apoio de senadores à campanha contra invasões no campo

A SENADORA KÁTIA Abreu (DEM-TO) pediu aos senadores o apoio para a campanha Vamos tirar o Brasil do vermelho – contra a invasão e o crime e pela paz no campo. Ela lamentou que, pelo 13º ano consecutivo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lance a campanha do Abril Vermelho, pregando a invasão de propriedades privadas.

– Há 13 anos o MST desafia o Brasil, a Justiça e o Congresso Nacional – disse Kátia Abreu, para quem o movimento é uma organização criminoso.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ela anunciou que o departamento jurídico da entidade será reforçado para acompanhar os processos judiciais a que respondem "esses líderes criminosos". Segundo



Senadora informa que mais de 3,6 mil invasões foram feitas nos últimos anos

Kátia Abreu, foram feitas mais de 3,6 mil invasões nos últimos anos. Ela ressaltou que o Tribunal de Contas da União constatou, nos últimos oito anos, o repasse de R\$ 152 milhões dos cofres públicos "a 43 entidades de fachada que passam recursos para financiar invasões".

A senadora disse que os governantes têm que se manifestar, já que seu silêncio "é um alvará para que eles possam continuar invadindo terra alheia". Ela frisou que "os criminosos se afastam de estados onde os governadores cumprem as determinações de reintegração

de posse" e pediu que o ministro da Justiça esteja à frente da campanha pela paz no campo.

Kátia Abreu elogiou os dois últimos presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, por terem contribuído fortemente para que 85 milhões de hectares estejam hoje à disposição da reforma agrária. A área equivale a 10% do território nacional. Para comparação, ela disse que toda a área produtora de grãos no país soma 65 milhões de hectares.

Segundo a senadora, os 9 milhões de famílias nos 9 mil assentamentos já consumiram R\$ 79 bilhões. Mas ela criticou a estrutura desses assentamentos, "sem acesso ao crédito, sem máquinas, implementos ou assistência técnica e sem condições de comercialização".

Osmar Dias critica dívida da venda do Banestado

Osmar Dias (PDT-PR) reiterou ontem que a venda do Banco do Estado do Paraná (Banestado) ao Banco Itaú, na década de 1990, foi um dos negócios mais prejudiciais para o estado, que se encontra hoje inadimplente e impedido de contrair empréstimos externos e internos em razão de dívidas decorrentes da negociação.

O senador ressaltou que o Paraná recebeu do Banco Central R\$ 5,5 bilhões para sanear o Banestado, já pagou R\$ 7,7 bilhões e ainda mantém uma dívida de



Paraná está impedido de contrair empréstimos, lamenta Osmar Dias

R\$ 9,2 bilhões "por conta de um negócio mal feito, mal explicado, que deve ter beneficiado muita gente, menos quem paga imposto no Paraná".

Simon quer ouvir explicações de Lula sobre Belo Monte

Pedro Simon (PMDB-RS) cobrou ontem explicações do presidente Lula sobre denúncias de irregularidades na licitação para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Uma série de concessões feitas pelo governo a empreiteiras que deverão participar do leilão, segundo várias reportagens, preocupa o senador. Ele citou o atendimento de pedido de elevação de tarifa, a concessão de crédito farto pelo BNDES, além de isenção tributária e apoio de fundos de pensão.



Pedro Simon diz que a usina é bilionária e precisa ser transparente

– É o dever que me impõe exigir que esse negócio bilionário tenha a transparência e o pleno conhecimento público de seu impacto econômico.

Cartilha do PAC no Piauí mostra obra que nem foi feita no estado

Depois de exibir em Plenário a cartilha 8º *Balço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Piauí – Maio a Agosto de 2009*, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) alertou que a foto panorâmica de parte das obras de



Heráclito Fortes

transposição do rio São Francisco foi tirada a quase 400 quilôme-

tros da fronteira do estado.

O senador disse que as obras de transposição foram incluídas na cartilha, mas não fazem parte do PAC. Ele pediu que a cartilha conste nos Anais do Senado Federal como "símbolo do desrespeito" do governo Lula com o Piauí.

Delcídio destaca o apoio federal a Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul tem recebido grande apoio e recursos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou ontem o senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Ele destacou especialmente os investimentos na malha viária do estado, "fundamentais para o escoamento da



Delcídio Amaral

produção".

O governo federal está atendendo inclusive rodovias estaduais, como a estrada que une a Serra da Bodoquena a Bonito, disse o senador.

– Esse é o trabalho de um governo que não vê partido – concluiu Delcídio.

Mário Couto aponta corrupção, violência e mentiras no Pará

Mário Couto (PSDB-PA) criticou a governadora Ana Júlia Carepa (PT), sustentando que "há muita corrupção no estado", que o governo estadual não faz licitações e que as obras são executadas "por quem quiser".



Mário Couto

– No Pará, não se apura nada. Virou terra sem lei. São nove

mortes por dia na Grande Belém. Os bandidos tomaram conta do estado. A governadora Ana Júlia mancha o nome do estado.

Segundo o senador, o governo do Pará anuncia "mentiras", como o projeto de se plantar um bilhão de árvores em áreas degradadas.

Flexa Ribeiro diz que tucanos têm orgulho de seu passado

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que os candidatos do partido vão entrar na campanha decididos a mostrar aos brasileiros o que a legenda fez no passado, sem recorrer a "mentiras, ataques e meias-verdades" usados por seus adversários.

– O nosso passado nos orgu-



Flexa Ribeiro

lha. Nossa verdade é uma só: a coerência com que sempre tratamos a coisa pública, o amor ao país e a busca incansável pelos rumos positivos do nosso país, com eficiência na gestão e competência. E, principalmente, humildade – disse Flexa Ribeiro.

Senadores querem mudar as regras para progressão da pena

O sistema de progressão da pena, pelo qual um preso pode mudar do regime fechado para o semiaberto e para a liberdade condicional, provocou prolongado debate em Plenário, na noite de terça-feira, a partir de discurso do senador Romeu Tuma (PTB-SP). A polêmica girou em torno da decisão da Justiça de devolver às ruas o pedreiro Admar de Jesus Silva, que posteriormente assassinaria seis jovens em Luziânia (GO). Tuma lamentou que o juiz tenha colocado o pedreiro em liberdade após o cumprimento de quatro dos 14 anos a que fora condenado anteriormente por pedofilia, apesar de um laudo pericial indicar que ele era psicopata.

O senador lembrou que um projeto de Demostenes Torres (DEM-GO) que proibia a progressão da pena nos casos de crimes hediondos foi aprovado pelo Congresso e se transformou em lei, mas teve esse dispositivo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Valter Pereira (PMDB-MS) observou que, posteriormente, houve uma adaptação para se assegurar, nesses casos, pelo menos o cumprimento de 50% da pena para se obter o benefício da progressão.

Cláusula pétreia

Valter Pereira sugeriu, numa reforma constitucional, a reavaliação das chamadas cláusulas



Discurso de Romeu Tuma abre debate sobre criminoso de Luziânia

pétreas, pois foi com base numa delas que o STF julgou inconstitucional o fim da progressão da pena para crimes hediondos. O senador sugeriu romper o paradigma constitucional e começar a discutir a prisão perpétua.

O caso de Luziânia, segundo Flávio Arns (PSDB-PR), mostra a fragilidade do sistema brasileiro por duas razões: pela doença, que deveria ter sido identificada e tratada, e pela execução penal.

Já Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que casos como esse passam à sociedade a impressão de que há "certa leniência" do Judiciário, ao tirar da cadeia criminosos potencialmente perigosos.

Magno Malta (PR-ES) lamentou que o juiz que libertou o pedreiro de Luziânia não tenha dado importância para o laudo que ele mesmo requereu.

Bancada de Mato Grosso do Sul lamenta morte de desembargador

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) apresentou voto de pesar pelo falecimento, na terça-feira, do desembargador aposentado Nelson Mendes Fontoura, que "dedicou sua vida às letras jurídicas e à causa pública".

Fontoura foi promotor de Justiça do antigo estado de Mato Grosso, procurador-geral de Justiça e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato

Grosso do Sul e, posteriormente, do Tribunal de Justiça do estado. Na política, foi deputado estadual do antigo Mato Grosso.

O desembargador sempre agiu com muita equidade em seus julgamentos, tendo feito "uma legião de seguidores e amigos", afirmou Valter Pereira, que apresentou o voto de pesar também em nome dos senadores Delcídio Amaral (PT-MS) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

Mão Santa pede sete novas varas federais para o Piauí

O senador Mão Santa (PSC-PI) fez um apelo em Plenário, na terça-feira, ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, para que sejam criadas sete novas varas federais em seu estado.

Mão Santa fez seu pronunciamento em atendimento a pedido da Ordem dos Advoga-

dos do Brasil (OAB) do Piauí, que considerou que o estado tem a necessidade de, no mínimo, três varas para a capital e quatro para o interior. As novas varas, pleiteadas pelo senador piauiense, fazem parte das 230 criadas pela Lei 12.011/09 e que serão distribuídas pelo STJ nos estados brasileiros.

Representantes da Justiça, do governo e das famílias abandonadas concordam, em debate no Senado, que tratado de execução de pensão alimentícia seria a solução

Acordo com Japão socorreria as famílias dos *dekasseguis*

A SITUAÇÃO DE famílias brasileiras abandonadas por *dekasseguis* – descendentes de japoneses que vão trabalhar no Japão – somente será resolvida se o governo japonês assinar acordo internacional de execução de pensão alimentícia. Do contrário, esposas, filhos e parentes que ficaram no Brasil continuarão a enfrentar sérias dificuldades financeiras.

A afirmação foi feita ontem pelo presidente da Associação das Famílias Abandonadas por Dekasseguis no Brasil, Djalma Straube, em debate sobre o tema realizado pelas comissões

de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A associação, fundada em 1992, estima que há no Brasil entre 10 mil e 15 mil famílias em situação de abandono, a maioria formada por esposas que foram abandonadas por seus maridos *dekasseguis*.

Presente ao debate, o juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Paracatu (MG), Rodrigo Melo Oliveira, disse que um dos caminhos para a solução do problema seria o Japão assinar, a exemplo do Brasil e outros países, a cha-

mada Convenção de Prestação de Alimentos no Estrangeiro.

Pela convenção, ratificada em 1956 em Nova York, o país signatário, comunicado oficialmente pela autoridade judicial, tem o poder de dar encaminhamento a questões jurídicas envolvendo estrangeiros, como o pagamento de pensão alimentícia.

Representante do Ministério das Relações Exteriores, Aloysio Gomide garantiu que Brasil e Japão vêm mantendo negociações para resolver o problema, mas reconheceu que a situação agravou-se após a crise financeira internacional de 2008/2009.



Djalma Straube (E), representante das famílias, Aloysio Gomide, do Itamaraty, e o senador Flávio Arns durante o debate

Gilberto Carvalho será ouvido sobre dossiê

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para convidar o chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho, a prestar informações sobre dossiê acusando o parlamentar de abrir e movimentar, irregularmente, contas bancárias no exterior.

Na segunda-feira, Marconi Perillo, que é 1º vice-presidente do Senado, encaminhou repre-



Marconi (D), alvo do dossiê, e Romero Jucá, na CCJ

sentação ao presidente da Casa, José Sarney, para que a Corregedoria investigue a alegada falsificação de passaporte e de procuração em seu nome, do-

cumentos que teriam sido utilizados em operações financeiras fraudulentas.

Também serão convidados a falar sobre o caso o deputado federal Sandro Mabel (PR-GO), que teria levado o dossiê ao conhecimento de Gilberto Carvalho; o promotor goiano Fernando Krebs, que estaria apurando a denúncia; o secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior; e um representante do Ministério da Justiça.

CCJ aprova requerimentos e adia votação para hoje

Além do requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), outros seis foram aprovados ontem pela CCJ. Com isso, a votação de projetos foi transferida para hoje, após a audiência pública sobre as providências adotadas pelo poder público em relação ao assassinato de seis jovens de Luziânia (GO). O debate foi proposto pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e está marcado para as 10h.

Três dos requerimentos aprovados são de Renato Casagrande (PSB-ES). Ele quer incluir um representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP) nos debates sobre três dos projetos do pré-sal. César Borges (PR-BA) sugeriu debater a proposta (PLS 354/89) que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos com representantes do governo federal, dos municípios e do empresariado.

O quinto requerimento, de

Alvaro Dias (PSDB-PR), propôs audiência pública sobre a atualização da Lei Geral do Esporte (Lei 9.615/98), a chamada Lei Pelé. O último requerimento, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), pede a participação dos auditores federais de controle externo no debate sobre a PEC 30/07, que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.



Lúcia Vânia e deputados Waldemir Moka e Eduardo Sciarra

Lúcia Vânia e Inácio Arruda eleitos na CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem a eleição de sua Mesa diretora, com a definição da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) para a primeira vice-presidência, do deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR) para a segunda vice-presidência e do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a terceira

vice-presidência.

O presidente, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), já havia sido eleito em março. Com isso, a Mesa será integrada por dois parlamentares da base governista e dois da oposição. A próxima reunião da comissão está marcada para quarta-feira, dia 28.

Segundo a Agência Câmara, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, virá ao Congresso hoje para entregar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta a elaboração do Orçamento anual. A LDO deve ser votada até julho, antes do recesso parlamentar.

Lideranças partidárias chegam a consenso para aprovar um índice de 7,71% de aumento para aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo

Senadores anunciam acordo para reajuste de benefícios

OS SENADORES PAULO Paim (PT-RS), Mário Couto (PSDB-PA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) anunciaram ao Plenário que os líderes partidários da Câmara dos Deputados finalmente chegaram a um acordo para a votação do reajuste das aposentadorias do INSS que superam um salário mínimo.

Ficou acertado que esses aposentados deverão ganhar 7,71%, retroativos a janeiro, e não 6,14%, como está na medida provisória (MP 475/09) assinada pelo presidente da República. O percentual de 7,71% equivale à inflação (medida pelo INPC) de 2009 acrescida de 80% do percentual de crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2008.

Conforme relato de Paim, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP), relator da MP 475/09, foi a única voz contrária. À imprensa, Vaccarezza disse que deve prever em seu relatório um índice de 7%, máximo autorizado pelo governo. Os outros líderes informaram que recomendarão aos deputados que rejeitem o parecer de Vaccarezza e aprovem uma emenda que concede os 7,71%.

Na reunião dos líderes, revelou Mário Couto, o senador Gim Argello (PTB-DF) comunicou que o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), e o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), garantiram que indicarão aos senadores

a aprovação do reajuste de 7,71%. Após ser votada pelos deputados, provavelmente no próximo dia 27, a MP será enviada ao Senado.

Paulo Paim esclareceu que o reajuste baseado em 80% do crescimento da economia de dois anos antes, acrescido da inflação, só valerá para este ano – desde janeiro, as aposentadorias passaram a receber o reajuste de 6,14%. O senador ponderou que, mantida essa regra para os reajustes em janeiro de 2011, os aposentados “não teriam nenhum aumento real, pois a economia brasileira não cresceu em 2009”. Paim prevê que o aumento em janeiro próximo “será motivo de uma nova batalha”.

Com pauta travada, 80 matérias aguardam votação

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem que os líderes partidários não chegaram a um acordo para votação de medidas provisórias (MP) que travam a pauta do Plenário. Uma delas é a MP 473/09, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 742 milhões em favor de cinco ministérios.

Há ainda um projeto de lei de conversão, resultante da MP 472/09, que cria o programa Um Computador por Aluno e institui regime especial de incentivo para desenvolvimento de infraestrutura nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Integra a pauta, em regime de urgência, o Projeto de Lei da Câmara 309/09, que cria a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S/A (Petro-Sal). Essa proposta tramitou conjuntamente nas comissões de Constituição,



Sarney, entre Tasso Jereissati (E), Romero Jucá (D) e Kátia Abreu (em pé)

Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI). Uma vez que os votos dos relatores sobre a matéria não foram apreciados nessas comissões, serão analisados diretamente pelo Plenário.

Como todas as matérias dependem de acordo de líderes para serem votadas, a ordem

do dia continua bloqueada, o que impede a análise de 80 propostas em pauta. Uma delas é a chamada PEC do Divórcio (PEC 28/09), que deve ser apreciada em segundo turno. A medida acaba com a exigência da separação prévia judicial por mais de um ano, ou de separação de fato por mais de dois anos, para obtenção do divórcio.

Inácio Arruda homenageia Fortaleza pelos seus 284 anos

Inácio Arruda (PCdoB-CE) homenageou ontem a cidade de Fortaleza, que completa 284 anos. Disse que a capital do Ceará se transformou numa cidade voltada para a prestação de serviços e o turismo, características que estão sendo reforçadas pelas obras de infraestrutura construídas com a ajuda do governo federal.

Segundo o senador, a cidade

que nasceu às margens do Rio Pajeú, cresceu de forma vertiginosa. Em 1970, sua população não chegava a 500 mil habitantes e hoje já é de 2,5 milhões. Inácio Arruda mencionou as praias de águas quentes e a hospitalidade da cidade chamada de “a loira desposada do sol” pelo autor do hino de Fortaleza, Gustavo Barroso.



Inácio destaca praias da cidade e hospitalidade do seu povo

Praia relata ação parlamentar pelo município de Lábrea

Jefferson Praia (PDT-AM) relatou ontem ao Plenário reunião da banca da do Amazonas no Congresso Nacional para discutir os problemas enfrentados pela população do município de Lábrea (AM).



Jefferson Praia

Solicitada pelo deputado federal Átila Lins (PMDB-AM), a reunião teve por objetivo apontar alternativas para que o município possa continuar desenvolvendo suas atividades principais, a exploração madeireira e a pesca.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), por sua vez, afirmou que o Instituto Chico Mendes tem praticado violências e arbitrariedades

no município, fechando pequenas serrarias e impedindo a pesca, em atitudes que qualificou como “nazi-facistas”.

Jefferson Praia também apresentou votos do acadêmico

Anísio Melo e do radialista e comentarista Orlando Rebelo.

Em outro registro, o senador resumiu informações importantes discutidas na audiência pública por ele presidida e realizada na terça-feira pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que tratou dos parâmetros de preços em obras públicas no país.

João Tenório diz que Alagoas sofre discriminação do Ibama

João Tenório (PSDB-AL) afirmou ontem que Alagoas enfrenta dificuldades criadas pelos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em relação ao projeto de implantação do estaleiro Eisa Alagoas S/A, em Coruripe.



João Tenório

O senador disse que o Ibama agiu de modo diferente do que fez em outros estados, interferindo no processo de licenciamento e emitindo um parecer que concentra críticas em aspectos socioeconômicos

e não em aspectos ambientais.

– É surreal. Imploro a reflexão de todos aqui presentes, pois me parece que estamos diante do primeiro caso em que desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda gera favelização – alertou.

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que o parecer do Ibama é “ofensivo, contra o desenvolvimento de Alagoas e precisa ser combatido”. Ele anunciou um encontro na próxima terça-feira com a nova ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Emenda de Geovani beneficia servidores de Roraima e Amapá

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) apresentou proposta de emenda constitucional (PEC 04/10) estabelecendo tratamento isonômico para os servidores de Roraima e Amapá com relação aos servidores de Rondônia, no que diz respeito à Emenda Constitucional 19.



Geovani Borges

Sua proposta visa beneficiar também os servidores admitidos

entre a criação e a efetiva instalação dos dois estados.

– Aprovada essa PEC, ficará bem definida também a situação dos servidores admitidos entre a criação dos estados de Amapá e Roraima e a sua efetiva instalação,

garantida perfeita isonomia com a situação assegurada a Rondônia pela Emenda Constitucional 60, de 2009 – finalizou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Geovani Borges • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sílvia Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Relator acredita que é justo permitir que aposentados possam sacar FGTS a cada 12 meses. Proposta aprovada ontem reúne três projetos sobre o assunto



Rosalba Ciarlini preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que tomou decisão terminativa sobre uso do fundo

Aposentado que continua a trabalhar poderá sacar FGTS

APOSENTADOS QUE CONTINUAM ou voltam a trabalhar podem usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de acordo com proposta aprovada ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Os saques do FGTS, nesse caso, poderiam ser feitos a cada 12 meses.

O texto, que vai a votação complementar antes de ser enviado à Câmara, foi elaborado pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a partir de três propostas: PLS 255/07, de Neuto de Conto (PMDB-SC); PLS 263/07, de Paulo Paim (PT-RS); e PLS 55/09, de Raimundo Colombo (DEM-SC).

Neuto de Conto ressalta no projeto que a Caixa Econômica Federal já havia reconhecido o direito à movimentação do FGTS para aqueles que se aposentavam e continuavam a trabalhar na mesma empresa. O direito dos que passam a trabalhar em outra empresa, por sua vez, ain-



Eduardo Azeredo eliminou outras possibilidades de saque dos recursos

da não era reconhecido.

Uma das principais modificações feitas por Azeredo foi a de reduzir de 70 para 65 anos a idade mínima a partir da qual os idosos podem sacar seus recursos do fundo. No ano passado, o Senado aprovou outro projeto

de lei que também reduz a idade mínima para o uso do FGTS: o PLS 322/06, que atualmente tramita na Câmara.

Outra mudança importante foi vedar, aos aposentados que continuem a trabalhar, saques mensais do FGTS e a qualquer tempo. Essas medidas, argumentou o relator, provocariam custos excessivos ao fundo e o transformariam em ponto de passagem de recursos.

Os três projetos, na opinião de Eduardo Azeredo, sinalizam uma tendência de mudança de propósitos e critérios de uso do FGTS. Como "instrumento de auxílio ao trabalhador em períodos de eventual dificuldade financeira", avalia o senador, "é justa a inclusão de uma hipótese de movimentação ao trabalhador que, muitas vezes, se vê forçado a se manter no mercado de trabalho, mesmo após sua aposentadoria".

Isenção de contribuições para aposentados

Outro projeto aprovado em decisão terminativa ontem pela CAS foi o PLS 56/09, do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), que isenta das contribuições previdenciárias os aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social que continuam – ou vol-

tam – a trabalhar em atividade abrangida por esse regime. Se não houver recursos ao Plenário, o texto será enviado para análise dos deputados.

Relator na CAS, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) apresentou seis emendas, entre elas a que

estende a isenção aos servidores públicos aposentados filiados a regime próprio. Outra mudança prevê que as contribuições recolhidas desde 1995 (segundo Paulo Duque, de forma constitucional) sejam devolvidas sob a forma de pecúlio.

Troca do índice de correção deve facilitar pagamento de dívida de municípios com INSS

Permissão para os municípios trocarem o índice de correção das suas dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o que determina projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo o autor da proposta (PLS 262/08), senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o objetivo é oferecer uma solução para as prefeituras, "antes que as dívidas fiquem impagáveis". A substituição do índice será possível desde que haja acordo entre o município e o INSS. O projeto, que teve como relator Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), será submetido ainda à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, antes de ir ao exame da Câmara dos Deputados.



Mozarildo Cavalcanti

CAS aprova exigência de distribuição pelo SUS de remédios de alto custo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou em primeiro turno, ontem, o substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao projeto de lei que trata da oferta de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O autor do PLS 338/07, senador Flávio Arns (PSDB-PR), disse que apresentou a proposta após denúncias de que "pacientes com doenças crônicas que precisam de medicamentos de alto custo estariam morrendo devido à falta desses remédios".

Uma das medidas previstas pelo texto aprovado é a atualização periódica das listas de medicamentos oferecidos pelo SUS. Flávio Arns disse que essa medida é necessária, "pois algumas pessoas morrem por não encontrarem nessas listas os remédios de que necessitam".

De acordo com o senador, o projeto permitirá a redução da "judicialização" do problema – referindo-se ao fato de que, para ter acesso a determinados medicamentos de alto custo que não são oferecidos nessas listas, várias pessoas têm acionado a Justiça.

Estudo aponta benefícios do café, diz Camata

O Dia Internacional do Café, comemorado ontem, foi lembrado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), que comentou estudo da Universidade de Coimbra segundo o qual o consumo moderado da bebida beneficia portadores de doenças crônicas como o mal de Parkinson e o diabetes.

O estudo foi realizado por pesquisadores do setor de neurociências da universidade e poderá favorecer a comercialização do café brasileiro no mercado internacional, disse o senador. Ele ressaltou que, atualmente, o Brasil é o maior produtor de café do mundo.

Segundo Camata, há um movimento atual para introduzir o consumo de café nas escolas norte-americanas como forma de banir a *junk food*



Camata: consumo moderado beneficia portadores de doenças crônicas

(alimentos de baixa qualidade nutricional).

Vietnã

Camata também lamentou decisão recente da indústria de café solúvel de importar 2 milhões de sacas do produto do Vietnã. Ele argumentou que o café do Vietnã não é aceito nos países mais civilizados, porque naquele país são usados agrotóxicos proibidos no mercado internacional e mão de obra escrava.

Clubes paraenses na luta contra o trabalho escravo

José Nery (PSOL-PA) comemorou o apoio recebido dos clubes de futebol paraenses Remo e Paysandu à luta contra o trabalho escravo.

Os dois times organizaram uma grande manifestação no estádio Mangueirão, em Belém, pela erradicação do trabalho escravo e pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que prevê a desapropriação das terras onde for constatada a exploração de trabalho escravo.

Em apertes, os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Delcídio Amaral (PT-MS) parabenizaram José Nery pelas ações desenvolvidas contra o trabalho escravo.

José Nery comentou também a realização de exposição de brinquedos de miriti em Abaetetuba (PA). Segundo



PEC de Nery prevê desapropriação de terras onde houver trabalho escravo

ele, a feira de artesanato, promovida pela Associação dos Artesãos de Miriti, pelo Sebrae e pela prefeitura da cidade, entre outras entidades, foi um sucesso, tendo atraído centenas de pessoas da região.

O senador também festejou a condenação, pelo Tribunal de Justiça do Pará, do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, um dos mandantes do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, ocorrido em 2005.

Mozarildo participa do Encontro Nacional da Cultura Maçônica

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) relatou sua participação no 15º Encontro Nacional da Cultura Maçônica, no último final de semana, em Brasília. Promovido pela Associação Brasileira da Imprensa Maçônica, o encontro, informou o senador, foi organizado pelo Grande Oriente do Distrito Federal, com apoio do Grande Oriente do Brasil.

Durante o encontro, que contou com a participação de maçons de instituições de todo o país, foram discutidos temas como história, filosofia, ética e cultura maçônica, conforme afirmou o senador. Ele aproveitou para ler a Carta de Brasília, resultante da reunião.

Mozarildo disse que a mensagem final do evento foi que a evolução tecnológica dos meios de comunicação não ameaça a existência de jornais,

revistas e livros impressos, "demonstrando que o escritor maçom é importante para a transmissão da cultura e a perpetuação da tradição maçônica". Também foi lançada a ideia de criação de uma universidade maçônica.

Mozarildo também informou que vai defender, junto ao seu partido, o PTB, o apoio ao pré-candidato do PSDB à Presidência, José Serra, nas eleições de outubro.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) disse ser um admirador da maçonaria e afirmou que os maçons de Brasília têm condições de ajudar a capital a "recuperar a dignidade" depois dos escândalos que atingiram vários políticos da cidade. Tuma informou ainda que será candidato à reeleição pelo PTB de São Paulo nas próximas eleições.

Projeto que regulamenta atividade irá diretamente à Câmara dos Deputados se não houver recurso ao Plenário do Senado

Mais de dois dias na semana podem dar vínculo a diarista

DIARISTAS QUE PRESTAREM serviço por mais de dois dias na semana poderão ter o vínculo empregatício reconhecido. Projeto de lei que regulamenta a atividade desses profissionais foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Como tramita em caráter terminativo, a matéria deverá ser enviada diretamente à Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

A proposta (PLS 160/09), de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), foi relatada pelo senador Flávio Arns (PSDB-PR). Arns substituiu Lobão Filho (PMDB-MA), que havia sugerido mudanças na proposta, mas o senador paranaense defendeu a retomada do texto original, decisão que foi seguida pelo colegiado.

De acordo com o projeto, que contém três artigos, se o serviço se limitar a dois dias por semana será considerado atividade de diarista e o empregador não terá de pagar as contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nesse caso, o trabalhador terá de contribuir como autônomo e informar o empregador sobre esse pagamento.

Na justificativa da proposta, apresentada no ano passado, Serys argumentou que a iniciativa tem o objetivo de "acabar com a indefinição que tanto prejudica contratantes e trabalhadores, pois [a definição da situação jurídica] fica ao critério da sentença de cada juiz



Michelle Araújo/Cabinete



Cristina Gallo

Para o relator, Flávio Arns, proposta de Serys Slhessarenko (acima, com diaristas) dará mais tranquilidade no momento da contratação

do Trabalho".

Segundo Flávio Arns, se convertida em lei, a medida "vai dar mais tranquilidade para as pessoas no momento da contratação, porque elas sabem que não será necessário registro se o trabalho for de até dois dias por semana, mas que, nesse caso, o diarista terá de fazer a contribuição autônoma e deverá ser orientado, para isso, pelo empregador".

Projeto obriga cartórios a usar internet para informar Previdência sobre falecimentos

Para evitar fraudes e acelerar o repasse de dados sobre o registro de mortes, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) apresentou o Projeto de Lei do Senado 245/07, aprovado ontem na CAS, que obriga os cartórios de registro civil a utilizar a internet para informar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre esses eventos.

A decisão é terminativa, por isso o projeto deverá ser enviado à Câmara dos Deputados. Antes de chegar à CAS, o texto já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As fraudes acontecem, por exemplo, quando se mantém o pagamento de benefícios destinados a aposentados que já morreram. Casagrande argumenta que essas irregularidades "ocorrem, sobretudo, em virtude da deficiência no envio das informações ao INSS". Citando dados fornecidos pelo governo, ele diz que, em 2003, quando houve o recadastramento de parte dos aposentados, foram gastos R\$ 3,2 bilhões em benefícios irregulares.

O senador lembra que a lei obriga esses cartórios a comunicar o INSS até o dia 10 de cada mês sobre o registro de



Jose Cruz

Casagrande quer resolver impasse com cartórios e economizar recursos da Previdência Social

óbitos ocorridos no mês imediatamente anterior. Mas ele ressalta que isso "não tem sido suficiente para a solução do problema".

Casagrande afirma que há um impasse entre os cartórios de registro civil de pessoas naturais e o Ministério da Previdência Social. "De um lado, os cartórios afirmam que vêm cumprindo seu dever de envio regular de informações sobre o número de óbitos registrados; de outro, o INSS os acusa de não cumprirem a lei".

Em seu relatório, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defende a aprovação da proposta e argumenta que a internet é um meio de comunicação "menos oneroso, mais rápido, seguro e de grande eficácia".

Esse projeto de lei não inclui os cartórios que estejam em locais sem acesso à internet.

Rosalba pede que seja votada a regulamentação para cabeleireiros

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, a inclusão na pauta de votações do Plenário do projeto de lei que regulamenta as profissões de barbeiro, cabeleireiro, manicure, pedicuro, maquiador, depilador e esteticista (PLC 112/07). A senadora é relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e foi ao gabinete de Sarney acompanhada de profissionais

do setor.

Pelo projeto de lei, ficam autorizados a exercer a profissão os que têm ensino fundamental e curso técnico de especialização no setor ou os que já exerçam a profissão pelo menos um ano antes da publicação da nova lei. O projeto reconhece o diploma técnico de profissional formado no exterior. Não ficam estabelecidos salários nem carga horária.

Aprovada proposta que permite uso do FGTS para ajudar filho a comprar casa

Projeto de lei do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que dá ao trabalhador o direito de usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para ajudar seu filho ou sua filha a comprar a casa própria também foi aprovado ontem pela CAS.

O PLS 375/09 agora será votado pelos deputados, já que a decisão da CAS foi terminativa.

De acordo com o texto, o trabalhador poderá movimentar o FGTS com esse objetivo desde que seu filho ou sua filha se enquadrem em uma série de condições: não for proprietário ou promitente comprador de imóvel, for maior de 21 anos e tenha vínculo matrimonial ou comprovada união estável, entre outras.

Se as condições forem respeitadas, o FGTS poderá ser utilizado para pagar prestações, amortização extraordinária ou liquidação de saldo devedor.

Em seu relatório sobre a matéria, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu a aprovação do projeto, que altera a Lei 8.036/90.

Adiada discussão sobre registro obrigatório de datas em documentos enviados pelos Correios

A necessidade de se conciliar a defesa dos interesses dos consumidores com o fortalecimento dos Correios provocou o adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara 176/09, que torna obrigatório o registro das datas de postagem e de entrega de documentos de cobrança. O presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), concedeu vista coletiva do projeto e deverá solicitar informações adicionais aos Correios, antes de colocá-lo em votação.

Com a proposta, que conta com parecer favorável do relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), pretende-se proteger o consumidor que recebe cobranças com atraso e acaba tendo de pagar multas indevidas.

Hélio Costa (PMDB-MG) defendeu os Correios e informou que a Presidência estuda editar medida provisória destinada a modernizar os sistemas postais brasileiros. Ele argumentou ainda que, caso seja obrigatório registrar as datas em todas as correspondências relativas a cobranças, poderão ocorrer maiores atrasos.

Empregador que se apropriar de gorjeta poderá ser preso

A CAS aprovou ontem o projeto de lei que enquadra no crime de apropriação indébita o caso em que o empregador se apropria – mesmo que parcialmente – da gorjeta destinada a seus funcionários. A proposta (PLS 471/09) deverá ser enviada à Câmara dos Deputados. Para esse crime, a pena é de um a quatro anos de reclusão mais multa.

O autor da proposta, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), disse que

há na Justiça, atualmente, 17 mil casos de garçons que reclamam o não recebimento da gorjeta, sobretudo aquelas pagas com cartão de crédito. O relator do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), afirmou que a proposta é simples: quer-se apenas que a gorjeta fique com o garçom.

Para prever as punições ao empregador, o texto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43).



J. Freitas

Em reunião da CAS, Marcelo Crivella (E) fala de processos judiciais movidos por garçons